

1. INTRODUÇÃO

A receita denominada *royalties* do petróleo decorre de previsão constitucional e legal, representando uma compensação financeira aos Entes públicos que suportam os riscos, ambientais e também sociais, das atividades de extração de petróleo em seus territórios (MENDES, 2014). O Estado do Rio de Janeiro e os municípios das regiões do Norte Fluminense e Baixada Litorânea ganham destaque no cenário econômico nacional pelo volume de recursos de *royalties* que auferem ano a ano. Trata-se de cifras elevadas, as quais já integram, há mais de uma década, a realidade orçamentária dessas pessoas jurídicas governamentais (SILVA, 2015).

Ocorre que, desde o final de 2014, o valor dos repasses mensais aos municípios da região produtora do Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo drástica queda, decorrente da baixa no preço do barril do petróleo no mercado internacional. Os cinco principais municípios recebedores das rendas petrolíferas do Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas – as duas mesorregiões que concentram essas receitas – sofreram, em média, 44% de redução nos valores repassados entre janeiro e maio de 2015, comparado ao mesmo período de 2014 (CRUZ, 2015).

A redução no recebimento desses valores se agrava à medida que diversas obrigações que legalmente podem ultrapassar um exercício financeiro já haviam sido contraídas pelos gestores locais, ocasionando um sério desencontro orçamentário. Diante dessa realidade de turbulência fiscal, o objetivo do presente estudo é analisar como as cidades do Estado do Rio de Janeiro mais bem posicionadas no quadro de distribuição de *royalties* do petróleo foram avaliadas nos principais indicadores sociais publicados em 2016, relativamente à saúde e à educação.

Em tempos de crise, não se deve ignorar que serviços públicos de saúde e educação, quando afetados, geram efeitos sistêmicos prejudiciais à qualidade de vida e retardam qualquer perspectiva de recuperação da economia. A renda média do brasileiro está atrelada ao tempo de permanência na escola, de modo que bom desempenho escolar representa chance de melhores oportunidades. Da mesma forma, saúde precária onera o orçamento do SUS, aumentando ainda mais o déficit fiscal de orçamentos já combalidos por desidratação financeira.

Sendo assim, o texto pretende abordar, inicialmente, o protagonismo dos *royalties* do petróleo na economia do Estado do Rio de Janeiro. Por fatores políticos específicos, após os anos 60 do século XX a economia fluminense sofreu uma curva decrescente com a mudança da Capital para Brasília, eis que ser a Capital federal atraía investimentos tanto para a cidade do Rio quanto para a chamada Velha Província. Esse cenário foi especialmente agravado a partir da crise fiscal da década de 80. Com isso, os indicadores econômicos do Estado do Rio de Janeiro amargaram quase meio século de desempenho inferior ao restante do sudeste.

Posteriormente, o texto se ocupa dos municípios fluminenses com maior fatia nessa receita oriunda da exploração do petróleo. Isso porque, nos dias de hoje, a maior concentração dessas receitas encontra-se em cidades do Estado de economia até então canavieira, sem grandes dinamismos e variedades. Ou seja, o petróleo revolucionou a projeção do interior do Rio de Janeiro de forma muito rápida, gerando adensamento populacional e necessidades até então não existentes.

Feito isso, a etapa seguinte do trabalho consiste em cotejar resultados avaliativos em saúde e educação para descobrir se a crise iniciada em final de 2014 afetou, consideravelmente ou não, serviços públicos essenciais, notadamente a educação e a saúde públicas. A idéia é interpretar se os principais municípios fluminenses recebedores de *royalties* do petróleo apresentaram alguma resiliência em face da rápida e inesperada redução orçamentária, mormente em relação à crise contemporânea do petróleo¹.

A título de esclarecimento, o marco teórico do estudo é o institucionalista. Por intermédio dessa construção teórica, que reconhece nos costumes e nas relações informais alta carga de influência, é possível interpretar como o marco institucional do Estado do Rio de Janeiro sofreu um brusco impacto desde a mudança da Capital federal para Brasília. A região demorou a assimilar a reconfiguração que havia sofrido, retardando a adoção de medidas de curto, médio e longo prazo. Além disso, o vácuo deixado por essa ruptura no marco institucional do Rio abriu frente para outro perfil político atuar na região, até hoje presente na realidade dos fluminenses.

¹ “O desequilíbrio entre oferta e demanda de petróleo no mercado internacional, em consequência da retração econômica e da expansão das fontes não convencionais de exploração de óleo, tais como o *tight oil* e o *shale gas* americano extraídos de rochas; o petróleo das areias betuminosas do Canadá; o pré-sal brasileiro; e o óleo extra pesado da Venezuela, derrubou o preço do barril de petróleo, atingindo os países exportadores reduzindo, assim, os royalties da exploração. No Brasil, os municípios produtores na Bacia de Campos perderam receita.” Boletim Petróleo, Royalties e Região - Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XIII, nº 47 – março/2015.

A metodologia empregada é a revisão de literatura e a dedução informacional a partir de indicadores estatísticos. A partir do cotejo analítico entre teoria e dados é possível interpretar se o Rio de Janeiro e o seu marco institucional petrolífero iniciado no final dos anos 90 dinamizaram a economia regional e, com isso, melhor distribuíram direitos sociais aos cidadãos. Bem vistas as coisas, 2016 é um ano de inflexão deste modelo, com o Estado absolutamente afundado em crise financeira. Seja como for, é de fundamental importância acompanhar os momentos pré-crise de 2016 para saber que pontos atacar.

2 A IMPORTÂNCIA DOS *ROYALTIES* DO PETRÓLEO NA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2.1 Breve contextualização da economia fluminenses da segunda metade do século XX

A partir de 1970, com a consolidação da transferência da Capital Federal para Brasília, o Estado do Rio de Janeiro sofreu um processo de fratura em sua dinâmica institucional, acompanhada de expressiva perda de participação no PIB nacional. A realidade econômica da Velha Província, pós-ciclo cafeeiro, calcava-se no dinamismo existente na cidade do Rio de Janeiro e nos investimentos federais nela realizados até 1960.

Os territórios carioca e fluminense, por derivarem o seu dinamismo econômico centralmente da história da Capital e de capitalidade da cidade do Rio de Janeiro, sofreram um processo de erosão da sua importância. O entendimento desse processo, no entanto, não ocorreu de forma imediata pelos próprios cariocas e fluminenses, mas somente nos anos 1980, com a inversão do processo de crescimento da economia brasileira e a crise fiscal que então se instaurou, atingindo particularmente o Estado do Rio de Janeiro, pelo peso que o gasto federal ainda tinha na região.

A demora na percepção do processo de crise em que o Rio de Janeiro imergiu a partir dos anos 1960 pode ser compreendida com base em um conjunto de fatores, a começar pela força da cultura de capitalidade no território carioca, construída a partir da histórica centralidade política, econômica e social do Rio de Janeiro no cenário nacional.

Como sugere Douglass North (1993), uma determinada conformação institucional cria hábitos e rotinas arraigados, nos quais as questões de escolha se apresentam como algo regular, repetitivo e evidente, de tal modo que cerca de 90% de nossas ações em vida seriam

realizadas de forma basicamente automática. Na dinâmica política e econômica a lógica é a mesma. Isto é, há sempre um descompasso entre a percepção de um fenômeno econômico-social e a sua efetiva ocorrência. Somente com o passar do tempo é que as comunidades se ajustam a um fenômeno que desconfigurou as rotinas até então vigentes.

É nessa perspectiva que se pode aferir que a cultura de capitalidade do Rio de Janeiro acabou por contribuir para que nessa região não ocorresse, de forma imediata, a percepção da quebra da dinâmica institucional a partir de um fator “exógeno” (a mudança da Capital Federal para Brasília, em 1960).

Portanto, a conceituação de economistas institucionalistas como Douglass North (1993), Geoffrey Hodgson (1997) e Thorsten Veblen (1934), que definem instituições como normas formais (leis e regulamentos) e informais (história, cultura, hábitos e rotinas), ajuda a entender por que a cidade e o antigo estado do Rio de Janeiro, a partir da transferência da Capital Federal para Brasília, em 21 de abril de 1960, sofreram uma ruptura em seu marco institucional.

Na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, no novo estado do Rio viria a ocorrer, através dos processos históricos de permanências e mudanças, a coexistência entre uma lógica nacional cada vez mais inorgânica e uma lógica clientelista e fragmentária crescentemente hegemônica no plano estadual. Tal realidade gera um marco institucional que desestrutura com particularidade o poder público na região e dificulta a organização consistente de estratégias e políticas regionais.

Assim, a transferência da Capital para Brasília, em 1960, e a consolidação dessa transferência no correr da década de 1970; a carência de reflexão regional e de adequadas estratégias regionais de fomento ao desenvolvimento; ao lado da particular degradação política que a cidade e o estado do Rio sofreram em consequência do golpe de 1964 são fatores absolutamente centrais no processo de degradação econômico-social do atual estado do Rio de Janeiro, no cenário brasileiro.

Os reflexos desse cenário são identificados nas taxas de crescimento do PIB. A partir dos anos 70 e 80, a região fluminense apresenta a mais baixa taxa entre todas as unidades da federação. Desse modo, o valor da produção industrial na região carioca e fluminense apresenta, de 1970 a 1993, um percentual de crescimento de 143,1%, enquanto São Paulo ostenta crescimento de 253,56%, Minas Gerais, de 405,02% e o total do Brasil, de 300,73% (OSORIO, 2005). No período compreendido ente 1970-2000, a região fluminenses

registra a maior perda de posição relativa no PIB total do país, passando de 16,67% em 1970, para 12,71% em 2000, enquanto São Paulo reduziu de 39,43% para 33,34% (OSORIO, 2005).

Esse cenário sofre uma inflexão a partir dos anos 1990. O comportamento da economia fluminense caracterizou-se por dois momentos distintos: o primeiro se refere à permanência do ambiente crítico vivido nos anos 1980, e um segundo caracterizado por uma inflexão positiva em sua trajetória de esvaziamento econômico (SILVA, 2004). Essa inflexão positiva pode ser observada a partir da segunda metade da década de 1990, quando a economia do estado do Rio de Janeiro passou a emitir alguns sinais de recuperação, ganhando, inclusive, participação relativa no conjunto nacional (FERNANDES, 2007).

2.2 Uma virada institucional no Estado do Rio de Janeiro: petróleo e recuperação econômica

A mudança na dinâmica econômica da região deu-se, principalmente, em virtude da aceleração da cadeia petrolífera. Esse segmento industrial apresenta forte influência sobre a economia fluminense, seja pelos ganhos obtidos diretamente da atividade extrativa e pelo seu efeito multiplicador sobre as demais cadeias produtivas, seja por seus efeitos sobre o balanço de pagamentos e as contas públicas. É possível observar, portanto, que a indústria extrativa e de transformação foi umas das atividades que mais cresceram no período analisado. De 1996 a 2004, seu crescimento acumulado foi de 396%.

Dentro deste setor, a atividade mais significativa foi a extração de petróleo e gás, apresentando um crescimento de 1368% no período. Essa atividade foi responsável, em 2004, por cerca de 50% do total gerado pela indústria extrativa e de transformação, sendo que em 1996 essa participação foi de 17%.

Com a expansão continuada da atividade de extração de petróleo e gás natural no Estado do Rio de Janeiro, a parcela industrial do PIB fluminense (cujos quatro subsetores componentes são: extrativa, transformação, construção e serviços industriais de utilidade pública) aumentou. Assim, passou de 28% para, aproximadamente, 45% do PIB estadual, entre 1996 e 2004. Ao mesmo tempo, o setor de serviços reduziu sua participação no PIB do estado de 65% para cerca de 50%, no mesmo período (FERNANDES, 2007).

Ora, a região metropolitana fluminense, em 1999, foi responsável por 72% de seu PIB. Em 2004, esse percentual já sofre uma redução: passa a ser de 62%, o que representa uma relativa ampliação econômica de outras regiões do Estado. Nesse sentido, a região da Bacia de Campos assumiu a segunda maior participação no PIB do Rio de Janeiro, ficando atrás apenas da Região Metropolitana. Ou seja, há um crescimento da participação da Bacia de Campos no PIB do estado – entre 1999 e 2004, dobrando sua participação, passando de 10,89% para 18,96%. Fica, pois, evidente a importância do setor petrolífero para o crescimento global da economia fluminense (FERNANDES, 2007).

Em 2013, o cenário econômico do Rio de Janeiro estava assim configurado, levando-se em conta a composição, por setores, do PIB nos municípios e regiões fluminenses, em face da Região Sudeste e do Brasil:

Municípios e Regiões de Governo	Agropecuária	Indústria	Serviços*	Administração Pública	Impostos	PIB
Região Metropolitana	0,07	15,10	49,38	16,80	18,65	100
Maricá	0,12	58,34	28,46	11,18	1,91	100
Região Noroeste Fluminense	5,68	13,40	39,58	33,60	7,75	100
Região Norte Fluminense	0,62	57,99	28,90	7,24	5,24	100
Campos dos Goytacazes	0,25	65,01	27,48	5,28	1,98	100
Carapebus	1,01	54,67	27,33	14,36	2,63	100
Cardoso Moreira	6,25	35,70	22,83	30,06	5,16	100
Conceição de Macabu	3,28	3,96	35,39	50,18	7,19	100
Macaé	0,21	37,54	34,60	11,63	16,02	100
Quissamã	1,04	66,44	25,92	4,86	1,74	100
São Fidélis	8,90	17,47	30,75	35,35	7,53	100
São Francisco de Itabapoana	15,62	7,13	43,72	17,96	15,58	100
São João da Barra	0,42	66,46	24,41	5,32	3,40	100
Região Serrana	3,19	22,00	41,08	22,81	10,92	100
Região das Baixadas Litorâneas	0,33	54,91	31,03	10,73	3,00	100
Araruama	1,26	15,53	43,98	31,61	7,61	100
Armação dos Búzios	0,21	54,82	34,81	7,69	2,47	100
Arraial do Cabo	1,05	47,41	31,14	16,91	3,49	100
Cabo Frio	0,17	59,82	29,64	8,22	2,16	100
Casimiro de Abreu	0,24	63,23	27,29	7,43	1,80	100
Iguaba Grande	0,56	8,11	37,98	48,18	5,17	100
Rio das Ostras	0,06	63,71	27,56	6,02	2,65	100
São Pedro da Aldeia	1,42	16,11	39,70	35,25	7,53	100
Saquarema	1,08	14,41	51,63	25,79	7,09	100
Silva Jardim	6,39	10,42	29,40	46,26	7,54	100
Região do Médio Paraíba	0,66	31,93	34,65	13,76	19,00	100
Região Centro-Sul	2,14	20,78	40,09	24,33	12,66	100
Região da Costa Verde	0,57	29,20	47,22	15,68	7,33	100
Estado do Rio de Janeiro	0,39	25,95	43,61	15,16	14,89	100
Sudeste	1,91	22,34	49,03	10,80	15,92	100
Brasil	4,52	21,29	45,52	14,04	14,63	100

Fonte: IBGE

* Os dados referente ao setor de Serviços também incluem as importâncias referentes à Administração Pública.

Atualmente, com as jazidas do pré-sal, a escala produtiva da indústria brasileira de petróleo muda de patamar. Estima-se que a produção brasileira de petróleo deva atingir 5,5 milhões de barris/ dia no ano de 2022, patamar similar ao atual do mar do Norte. Soma-se a essa produção outros 149,8 milhões de m³/d de produção líquida de gás natural, que serão ofertados ao mercado consumidor (EPE, 2013). A maior parte dessa produção sairá de reservatórios localizados nas bacias de Campos e de Santos, confrontando os litorais de Rio de São Paulo (OLIVEIRA; MELO, 2015).

Com o deslanche da produção no pré-sal programada pela Petrobrás, estima-se que a produção fluminenses de petróleo atingirá 3 milhões de b/d em 2020. Isso só é possível graças a um investimento de US\$ 60,1 bilhões no setor. Esses apontamentos dão conta de indicar que o incremento do potencial petrolífero do Estado do Rio de Janeiro será o principal motor de seu crescimento econômico nos próximos anos.

A título de registro, a crise política e econômica que se instaurou no Brasil em 2015 teve como um de seus eixos centrais a Petrobras e o conjunto do complexo, impactados pela queda do preço internacional do petróleo e também pelas investigações de corrupção do Ministério Público e da Polícia Federal. O Rio de Janeiro vem apresentando um desempenho, na crise, pior do que o Brasil, no que diz respeito à questão fiscal, principalmente pela forte queda das receitas de royalties. No entanto, no que tange ao conjunto dos indicadores econômicos, como, por exemplo, evolução do comércio, da indústria e do emprego, não se verifica, em 2015, uma situação do estado do Rio de Janeiro pior do que a do Brasil.

3 - ROYALTIES E INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS

Primeiramente, é preciso destacar que, no Estado do Rio de Janeiro, a região que concentra a maior parcela de atividades ligadas à extração de petróleo é o Norte Fluminense. Em razão disso, ali estão os Municípios com o maior volume tanto estadual quanto nacional de recursos de *royalties* do petróleo, segundo informações da Agência Nacional do Petróleo, para a competência junho de 2016.

Contudo, a história econômica do Norte Fluminense é marcada pela dependência de seus municípios da monocultura da cana de açúcar. O município de Campos dos Goytacazes, por exemplo, teve como primeira atividade econômica a criação de gado e, na

sequência, a cultura canavieira. Além da riqueza trazida pela expansão da produção de cana, a pecuária sempre apresentou um papel destacado na economia regional, assim como o cultivo do café. De tal forma, essas atividades contribuíram para transformar o município em um importante pólo econômico da região (FERNANDES, 2007).

Assim como Campos, Macaé teve no cultivo da cana de açúcar a sua base econômica. Ele foi responsável por um crescimento demográfico expressivo nos séculos XVIII e XIX, desempenhando o papel de porta de entrada e saída do Norte Fluminense. Até o início do século XX, a economia do município de Macaé estava baseada na produção da cana de açúcar, do café, na pecuária e na pesca. Desde a década de 70, com a descoberta de petróleo na região e com a instalação da base de operações da Petrobras em seu território, mais de quatro mil empresas se instalaram no município².

Embora o Norte Fluminenses ainda seja economicamente caracterizado por agropecuária e plantação de cana de açúcar, o avanço do setor do petróleo e gás possibilitou à região experimentar uma nova trajetória de desenvolvimento, baseada nos recursos provenientes das participações governamentais, os tão badalados *royalties* do petróleo. Assim, a indústria do petróleo, além de contribuir para o crescimento do PIB dos municípios do Norte Fluminense, através das compensações financeiras provenientes das atividades petrolífera, amplia a capacidade de investimento das prefeituras. Resta saber se esses investimentos revertem em saúde e educação.

Antes, porém, de adentrar aos indicadores, uma observação final deve ser realizada. Quando o petróleo começou a ser produzido comercialmente na Bacia de Campos, em 1978, o Norte Fluminense vivia uma crise que se arrastava desde os anos 1970 e que se agravava definitivamente nos anos 1980 e 1990, resumida na derrocada da tradicional agroindústria do açúcar e álcool e no desemprego de dezenas de milhares de trabalhadores da lavoura de cana e das usinas/destilarias (CRUZ, 2015). O saldo dessa crise foi desemprego, pobreza e subdesenvolvimento.

No saldo geral, foi possível observar que o incremento dos royalties beneficiou os orçamentos dos municípios da região. Essa localidade apresentava um histórico de carências que, ao longo dos anos, têm sido amenizadas, principalmente, devido à aplicação dos recursos provenientes das indenizações petrolíferas nas áreas sociais e urbanas. A esse respeito, vale

² <http://www.macaerj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/sintese-da-historia-de-macaer>

conferir os resultados recentes dos Municípios do Norte Fluminense no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb³.

Norte Fluminense, RJ e Brasil 5º ano	IDEB 2011	IDEB 2013	IDEB 2015	METAS PROJETADAS 2011	METAS PROJETADAS 2013	METAS PROJETADAS 2015
Campos dos Goytacazes	3,6	3,9	5,0	3,7	4,0	4,3
Carapebus	4,5	4,6	4,9	4,2	4,5	4,8
Cardoso Moreira	3,8	4,0	4,9	4,3	4,6	4,9
Conceição de Macabu	4,6	4,4	4,7	4,5	4,8	5,0
Macaé	5,0	5,2	5,6	5,2	5,4	5,7
Quissamã	5,1	4,8	5,0	4,0	4,3	4,6
São Fidélis	5,1	5,1	4,8	4,7	4,9	5,2
São Francisco de Itabapoana	4,3	4,9	4,1	4,4	4,7	5,0
São João da Barra	4,8	4,9	5,0	4,1	4,4	4,7
Estado do Rio de Janeiro	4,3	4,7	5,1	4,5	4,8	5,1
Brasil	5,0	5,2	5,5	4,6	4,9	5,2

Norte Fluminense, RJ e Brasil 9º ano	IDEB 2011	IDEB 2013	IDEB 2015	METAS PROJETADAS 2011	METAS PROJETADAS 2013	METAS PROJETADAS 2015
Campos dos Goytacazes	3,4	3,3	3,6	3,2	3,5	3,9
Carapebus	3,3	3,2	4,0	3,6	4,0	4,4
Cardoso Moreira	4,3	3,7	4,4	4,5	4,9	5,3
Conceição de Macabu	4,1	3,2	3,9	3,8	4,2	4,6
Macaé	4,1	3,3	4,0	4,0	4,4	4,8
Quissamã	3,9	4,0	4,7	4,0	4,4	4,8
São Fidélis	5,0	3,8	3,9	4,9	5,2	5,6
São Francisco de Itabapoana		3,4	3,9	4,0	4,4	4,7
São João da Barra	4,2	3,9	4,0	3,8	4,2	4,6
Estado do Rio de Janeiro	3,2	3,6	3,7	3,3	3,7	4,1
Brasil	4,1	4,2	4,5	3,9	4,4	4,7

³ O Ideb é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação). Essa informação foi extraída de: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf, consultada em 20 de setembro de 2016.

Com relação ao IFDM – Saúde, os resultados mais recentes da região Norte Fluminenses são os seguintes:

Norte Fluminense	IFDM – SAÚDE	Ranking estadual	Ranking Sudeste	Ranking Brasil
Campos dos Goytacazes	0,7760	50	908	2370
Carapebus	0,8552	18	421	1.113
Cardoso Moreira	0,6766	81	1.359	3.736
Conceição de Macabu	0,7303	65	1.149	3.040
Macaé	0,8632	17	370	982
Quissamã	0,9487	1	13	76
São Fidélis	0,7601	56	996	2.605
São Francisco de Itabapoana	0,7605	55	992	2.599
São João da Barra	0,7500	61	1.048	2.761

A análise dos dados acima coletados pode resultar em algumas conclusões interessantes. No campo da educação básica, até o final do quinto ano, 55% dos Municípios bateram suas metas. Entretanto, no final do nono ano, nenhum município da rede pública superou as metas correspondentes, revelando um déficit no segundo segmento do ensino fundamental. Já na área da saúde, a região estudada contém o melhor município do Rio de Janeiro em indicadores de saúde. Trata-se de Quissamã. A propósito, Quissamã está entre os cem melhores serviços de saúde do Brasil, ocupando a posição nº 76.

Infelizmente, os maiores recebedores de *royalties* da região – Campos e Macaé – apresentam indicadores acanhados em saúde e educação. Em educação, Macaé não bateu nenhuma meta desde 2011. Na saúde, Campos está na metade de baixo dos municípios fluminenses em termos de desempenho.

Campos dos Goytacazes e Quissamã merecem destaque. O primeiro por se tratar do município que, desde 1999, encontra-se encabeçando a lista dos maiores beneficiários de *royalties*. Os valores recebidos por Campos dos Goytacazes ultrapassam a cifra de um milhão/dia. Com relação a Quissamã, o seu diferencial está na distribuição per capita. Por se tratar de um município com uma população de aproximadamente 20 mil habitantes, os valores per capita são altos, permitindo a colheita de excelentes resultados.

A conclusão a que se pode chegar com esses dados é que a região Norte Fluminenses possui um desempenho acanhado quando o assunto é direitos sociais à população local. Embora haja destaque para o município de Quissamã e Macaé, o fato é que

pelo volume de recursos recebidos desde a entrada em vigor da lei do petróleo era para essas cidades apresentarem melhores rendimentos. Dessa forma, com a atual situação de crise, há um risco de as comunidades locais amargarem decréscimos sociais relevantes, comprometendo o desenvolvimento humano do Estado do Rio de Janeiro.

4 – CONCLUSÃO

O Estado do Rio de Janeiro, após a saída da Capital Federal de seu território e das crises que assolaram a região até o início dos anos dois mil, iniciou um processo de recuperação econômica com a reforma institucional da indústria de petróleo e gás, introduzida pela Emenda Constitucional nº 9/95, a qual foi regulamentada em seguida pela Lei nº 9.478/97 (Lei do Petróleo).

A Lei do Petróleo produziu mudanças significativas na arrecadação fiscal da União, estados e municípios, no que se refere à atividade de exploração dessa *commoditie*. A introdução de novas compensações governamentais – o bônus de assinatura, o pagamento pela ocupação ou retenção de área e a participação especial – aliada à ampliação da alíquota básica dos royalties de 5% para 10%, impactou positivamente os orçamentos das três esferas de governo.

Quando são analisados os orçamentos municipais, os *royalties* do petróleo se tornam ainda mais importantes. Foi verificada nos municípios do Norte Fluminense uma forte injeção destes recursos, que vêm superando em grande medida as receitas tributárias e os repasses intergovernamentais. Essa realidade preocupa, pois o mercado internacional do petróleo sofre com situações de crise. Ao final de 2014, mais uma crise abalou o valor negociado do barril. O reflexo disso são repasses menores de *royalties* e surpresa para o orçamento das cidades dependentes dessa receita.

Logo, o caráter temporário da indústria do petróleo, na medida em que se trata de um combustível fóssil não renovável, gera preocupações com a capacidade de as principais cidades receptoras de *royalties* lograrem emancipar sua economia, gerando atividades industriais e empresariais para momento posterior ao vivenciado pela exploração do minério em alto mar.

O propósito do estudo foi investigar se, no âmbito dos direitos sociais, a principal região do Rio de Janeiro, o Norte Fluminense, apresenta bons indicadores em saúde e educação. Isso permite inferir se os recursos provenientes da extração do petróleo estão proporcionando qualidade de vida aos habitantes da região, até para que eles consigam acumular boas condições de vida e formação para alcançarem postos de trabalho e melhorarem a renda de suas famílias.

Para a superação de uma precariedade e a constituição de um círculo virtuoso no estado do Rio de Janeiro, deve-se ter em conta que é necessário mobilizar mais a academia no que diz respeito às reflexões sobre o estado e seus municípios. De fato, a tradição, no estado do Rio, até os dias atuais, de se ter particular preocupação com os temas nacionais vis-à-vis os temas locais, é confirmada, por exemplo, no fato de que inexitem, em quaisquer dos Programas de Mestrado e Doutorado em Economia das universidades instaladas no estado, linhas permanentes de pesquisa em Economia Regional.

A carência de reflexão dificulta o debate na sociedade sobre a real agenda que permitiria a constituição de um círculo virtuoso no Rio de Janeiro e a diminuição das desigualdades sociais e territoriais. Além disso, permite particular liberdade para atuação de lobbies e grupos de interesse, como ocorreu nos anos 1960 e na primeira metade dos anos 1970, quando os governos Lacerda, Negrão e Chagas incorporaram a equivocada tese de que a indústria guanabarina estaria migrando para o antigo estado do Rio e a prioridade da política econômica local seria estabelecer condições que permitissem retê-la no território carioca.

Enfim, é óbvio que a total prioridade deve ser para a busca de energias renováveis e o estímulo a atividades econômicas, como, por exemplo, o desenvolvimento de carros elétricos. No entanto, o que especialistas afirmam é que o mundo ainda continuará dependente do petróleo nas próximas décadas. Além disso, análises nas empresas do setor de petróleo apontam que a produtividade na extração do minério no pré-sal tem crescido muito e que essa extração permanece absolutamente viável.

Deve-se identificar cuidadosamente qual a real presença do complexo do petróleo e gás no Rio de Janeiro e qual política deve ser aprimorada/buscada visando atrair novas empresas, emprego e renda para a região com o desenvolvimento do pré-sal. Além disso, a receita gerada deve ser revertida para o custeio de serviços de saúde e educação, de sorte que toda a população possa ter ganhos estruturais com o resultado da extração de petróleo, e não apenas atividade supérfluas.

5 – REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acessado em: 30 de agosto de 2016.

BRASIL. Lei nº 9.478/ 97. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm Acessado em: 30 de agosto de 2016.

CRUZ, José Luis Vianna da. Que crise é essa? A queda na arrecadação das rendas petrolíferas nos municípios da região produtora do Estado do Rio de Janeiro **Boletim petróleo, royalties e região, ano XII, nº 48**. Campos dos Goytacazes: 2015.

FERNANDES, Camila Formozo. A Evolução da Arrecadação de Royalties do Petróleo no Brasil e seu Impacto sobre o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro. Monografia de graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

HASENCLEVER, Lia; PARANHOS, Julia. **Complexo da economia da saúde no estado do Rio de Janeiro: uma oportunidade de ampliar o desenvolvimento do estado?** In: OSORIO, Mauro et al. (Orgs.). Uma agenda para o Rio de Janeiro: estratégias públicas para o desenvolvimento socioeconômico. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

HIRSCHMAN, Alberto. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

HODGSON, Geoffrey M. **Economia e evolução: o regresso da vida à teoria econômica**. Oeiras. Celta: 1997.

KRUGMAN, Paul; FUJITA, Masahisa; VENABLES, Anthony J. **Economia espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo**. São Paulo: Futura, 2002.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MAGALHÃES, J. P. A. et al. **Rio Século XXI: perspectivas e propostas para a economia fluminense**. Rio de Janeiro: JB, 1991.

MAGALHÃES, Raphael de Almeida. **Breve Histórico sobre a Estruturação Física e Econômica da Cidade e sua Região**. [S.l.: s.n.], 2001. Texto mimeografado.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. – 10 ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2015.

MYRDALL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968

NORTH, Douglas. **Instituciones, cambio institucional y desempeño econômico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

OLIVEIRA, Adilson de; MELO, Hildete Pereira de. **O papel do setor petrolífero no desenvolvimento fluminense**. In: OSORIO, Mauro et al. (Orgs.). *Uma agenda para o Rio de Janeiro: estratégias públicas para o desenvolvimento socioeconômico*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

OSORIO, Mauro. **Rio nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense**. – Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.

OSÓRIO, Mauro *et al.* **Uma agenda para o Rio de Janeiro: estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação**. São Paulo: UNICAMP/IE, 1998.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org. e Coord.). **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015.

ROSA, Luiz Pinguelli (Coord.); OSORIO, Mauro (Subcoord.). **O gás natural na América Latina, no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações**. Cadernos de Energia n. 8; Rio de Janeiro: ENERGE/COPPE/UFRJ, JUNHO/1995.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. **Metrópole do Rio e projeto nacional: uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, Ronaldo Costa da. A antecipação de receitas dos royalties pela Resolução n. 02/2015 do Senado Federal: solução ou medida protelatória? **Boletim petróleo, royalties e região, ano XII, nº 48**. Campos dos Goytacazes/RJ – Ano XII, nº 48 – março de 2015.